

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.585 - DF (2019/0285850-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AUTOR : SANDRA MARIA GOIANO MUNIZ
ADVOGADO : CLAYTON GOIANO COLOMBO - SP281054
RÉU : ALDA MARIA PAIXAO

DESPACHO

Ao ingressar com a presente ação, a autora manifestou o intuito de obter a rescisão da decisão proferida por esta Corte nos autos do AREsp n. 1.344.353/SP.

Do exame dos documentos apresentados com a inicial, extrai-se que os autos do AREsp n. 1.344.353/SP foram examinados pelo Ministro Antonio Carlos Ferreira, que negou provimento ao agravo em recurso especial interposto por Sandra Maria Goiano Muniz, tendo S. Exa. indicado, como principal fundamento, que a reforma do acórdão estadual, tal como pretendida pela agravante, demandaria o reexame do substrato fático-probatório dos autos, o que não se admite na via recursal especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Referida decisão, publicada aos 4/9/2018, transitou em julgado em 27/9/2018.

Conquanto o Superior Tribunal de Justiça tenha sido o último órgão jurisdicional a proferir decisão no processo, o que se verifica é que o único pronunciamento desta Corte, que se limitou a negar provimento ao AREsp com base na Súmula 7/STJ, não adentrou o mérito da causa.

Sem que tenha havido, portanto, manifestação do Superior Tribunal de Justiça sobre o mérito da questão litigiosa, revela-se impróprio o direcionamento da pretensão rescisória à decisão desta Corte: na verdade, do que se colhe do processo que deu origem ao AREsp n. 1.344.353/SP, a última decisão a tratar do mérito, no que relacionado com os elementos fático-probatórios da causa, foi o acórdão proferido pela Trigesima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento da Apelação n. 1027262-46.2015.8.26.0562.

Diante dessas considerações, e tendo em vista a previsão contida no § 5º

Superior Tribunal de Justiça

do art. 968 do CPC/2015, intime-se a autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a emenda da inicial, de modo a adequar o objeto da pretensão rescisória, ou, na hipótese de preferir ajuizar nova ação diretamente no tribunal competente, traga tal informação aos autos para que seja finalizado este processo.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

